

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submetem-se os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2012 à aprovação da Câmara Municipal nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º do citado diploma legal, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, ao abrigo do previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, na sua sessão ordinária de Abril, de acordo com o n.º 2 do artigo 49.º da citada Lei n.º 169/99 e com o n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

Contudo, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 51.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as contas do Município são remetidas pelo órgão executivo ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo.

A prestação de contas é constituída pelos documentos mencionados no n.º 2 do ponto 2 e nos pontos 2.1, 2.2, 2.3.3, 2.3.4 e 2.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL).

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e é um dos documentos da prestação de contas, elaborado de acordo com o ponto n.º 13 do POCAL e o n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto (PAEL). Tem por finalidade a sistematização da informação económico-financeira sobre a atividade municipal do ano económico em apreço, bem como a sua evolução. Caracteriza-se ainda por ser um instrumento fundamental na aferição da qualidade de gestão municipal, através da avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia dos recursos aos objetivos realizados.

O presente documento é direcionado para várias vertentes de análise, começando pela informação dos recursos humanos afetos ao Município. A execução do Orçamento da receita e da despesa, bem como das grandes opções do plano e em particular os investimentos, também serão objeto de detalhe. Numa perspetiva financeira, o Balanço, a

demonstração de resultados e os respetivos rácios evidenciam a performance financeira do município em 2012.

Em cumprimento da legislação, e pelo facto do Município de Óbidos ter recorrido ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), o relatório de gestão terá informação específica sobre este assunto.

Na generalidade, o relatório de gestão pretende dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação orçamental e financeira do Município de Óbidos no ano de 2012 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

Também no ano de 2012, a gestão do município foi impulsionada positivamente pela colaboração que os diferentes intervenientes locais – Autarcas, dirigentes e funcionários municipais, munícipes, organizações particulares, coletividades, empresas e demais entidades públicas e privadas, prestaram à autarquia.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

A atividade municipal em 2012 caracterizou-se pela elevada prudência, responsabilidade e rigor, bem assim, pela implementação de medidas de contenção da despesa, pela otimização da receita, permitindo uma **redução da dívida de curto prazo em 28%**, equivalente a € 1.832.460,57, bem como, pela elevada razoabilidade e seletividade nos investimentos. Toda a orientação política foi no sentido de se fazer apenas investimentos geradores de qualificação das pessoas e na dinamização económica. Acresceu a esta orientação a execução apenas dos investimentos que tinham participação no âmbito do QREN.

RESPONSALIDADE, também, pela implementação e cumprimento de um novo paradigma ao nível da despesa pública, imposto pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, desde logo cumprida pelo Município de Óbidos. No que respeita ao controlo dos pagamentos em atraso, destacam-se os Acordos de Regularização de Dívida celebrados com a Águas do Oeste e a EDP, bem como a adesão ao PAEL. Se bem que, por ter sido aprovada a candidatura quase no final do ano, não houve qualquer execução dos pagamentos no âmbito daquele Programa. Será de referir ainda que a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), veio obrigar à redefinição de procedimentos internos, quer ao nível da assunção de compromissos, com a introdução de número sequencial de compromisso de acordo com a lei, quer na implementação do cálculo dos fundos disponíveis.

RIGOR, porque o Município cumpriu as obrigações legais de redução de despesa impostas pela Lei do Orçamento de Estado e da sua Execução, bem assim como a legislação supra mencionada e manuais relativos aos Compromissos, mas também porque, não obstante as limitações, se mantiveram os níveis de serviço à população. O Município já vinha implementando e obtendo os resultados de várias medidas de contenção de despesa,

desde 2010, sem colocar em causa o serviço de qualidade, nem fechar qualquer serviço à população, que permitirão a manutenção de uma estrutura orçamental no futuro visando garantir o equilíbrio entre as receitas e os pagamentos. O controlo da despesa ao nível das despesas com o pessoal, dos custos com as despesas de funcionamento e da racionalização dos investimentos são visíveis nos mapas abaixo.

No entanto, e para além destas medidas, a atividade do Município não deixou de refletir os efeitos de uma legislação limitativa do desenvolvimento económico.

RAZOABILIDADE, porque apesar das limitações ao desenvolvimento económico impostas pela conjuntura e, conseqüentemente, pelas medidas aplicáveis, o Município de Óbidos foi sensato nos investimentos decididos, salientando-se o início da obra de requalificação da escola secundária Josefa d'Óbidos, financiada pelo QREN e pelo Ministério da Educação, sendo a Educação um Pilar estruturante deste Executivo.

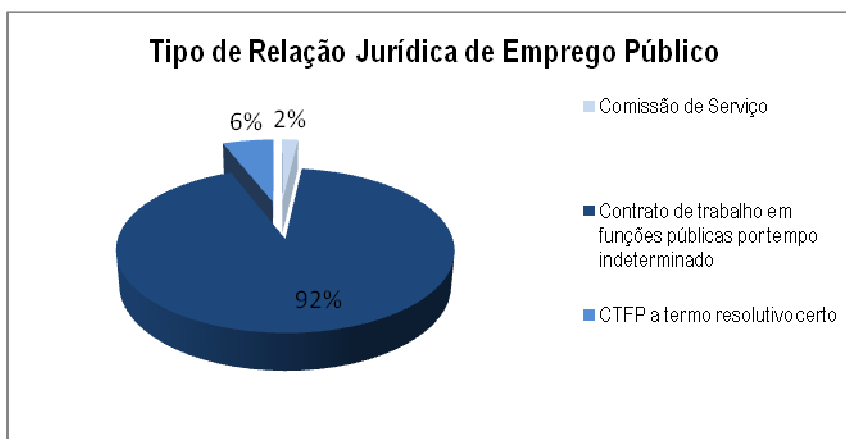
ROBUSTEZ, porque o Município consegue continuar a suportar despesas de investimento com receitas correntes próprias, num cenário generalizado de crise, salientando-se a manutenção da continuação da diminuição das despesas correntes, a redução expressiva da dívida a terceiros em 28% relativamente ao exercício anterior. Aliás, fruto de um elevado grau de liquidez que o Município já havia atingido anteriormente e que hoje assume o seu valor mais alto de sempre (227,84%). Quanto à autonomia financeira assume um valor de 70,55%, bem diferente da realidade nacional. O mesmo será dizer que este município tem uma estrutura de endividamento de 28,09%, bem diferente da estrutura de endividamento do país, que supera os 100%.

1.2. RECURSOS HUMANOS

1.2.1. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1.2.1.1. Efetivos Globais

No final de 2012, o Município de Óbidos possuía um total de 321 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 6 em Comissão de Serviço, 296 com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e 19 com Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo.



Fonte: Balanço Social 2012.

Contagem por grupo de pessoal segundo género

Grupos de Pessoal	Homens	Mulheres	Total	%
Dirigente	1	1	2	0,62
Técnico Superior	11	30	41	12,78
Assistente Técnico	21	34	55	17,13
Assistente Operacional	91	114	205	63,86
Bombeiro	1	0	1	0,31
Informática	6	0	6	1,87
Outros	4	7	11	3,43
TOTAIS	135	186	321	100,00

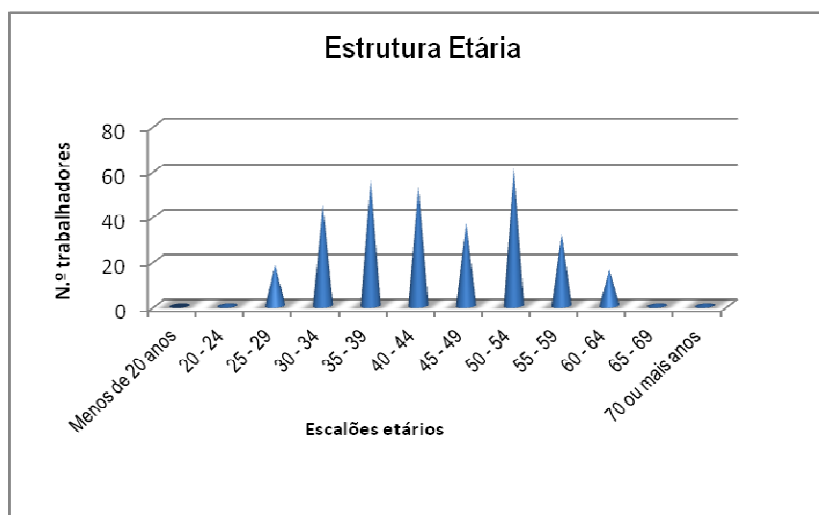
Fonte: Balanço Social 2012.

1.2.1.2. Grupo de Pessoal

Em relação ao ano de 2011, verificou-se no total dos trabalhadores um decréscimo de 28 trabalhadores, resultado da saída de 40 trabalhadores e admissão de 12 trabalhadores.

1.2.1.3. Estrutura Etária

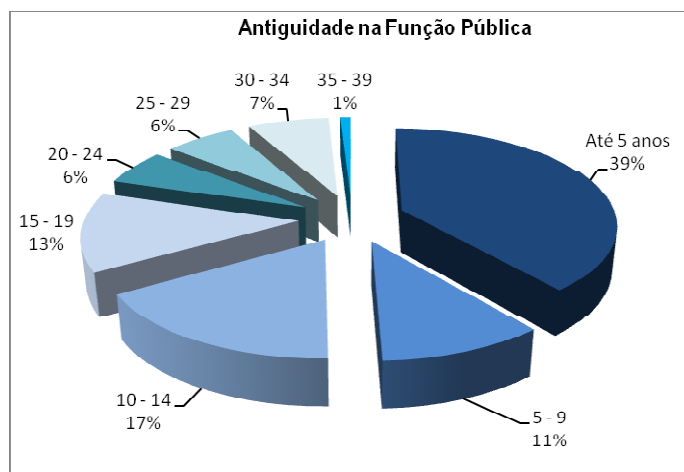
Verifica-se um equilíbrio etário, não existindo trabalhadores com menos de 20 anos e apenas 1 com mais de 70 anos. 60 % dos trabalhadores estão distribuídos em quatro faixas etárias: 45 trabalhadores na faixa etária dos 30 – 34 anos, 56 dos 35 – 39 anos, 53 dos 40 – 44 anos e 37 dos 45 - 49.



Fonte: Balanço Social 2012

1.2.1.4. Antiguidade na Função Pública

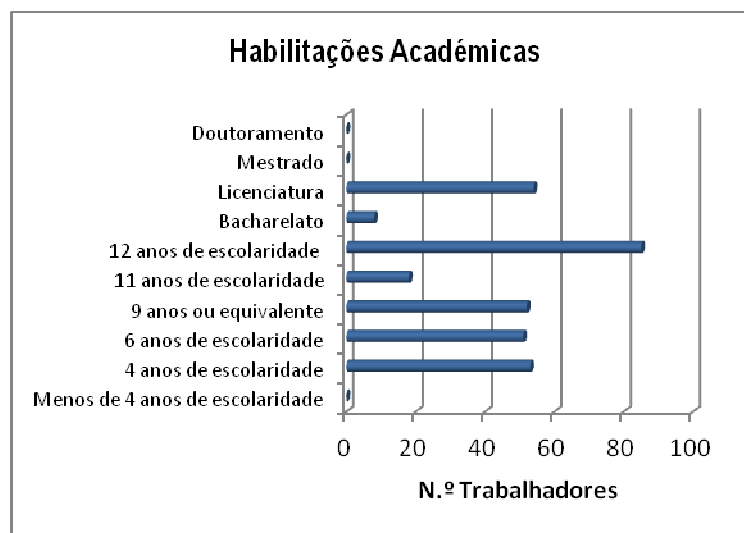
Este estudo permite concluir que a maioria dos trabalhadores desempenha funções no Município de Óbidos há 5 anos (39 %), com grande incidência na carreira de Assistente Operacional e 11 % de 5 a 9 anos, concluindo-se que 50 % apresenta um nível de antiguidade até aos 9 anos. Os restantes 50 % encontram-se distribuídos da seguinte forma: 42 % de forma idêntica dos 10 aos 29 anos e os restantes 8% ultrapassam os 30 anos de antiguidade.



Fonte: Balanço Social 2012

1.2.1.5. Habilitações Académicas

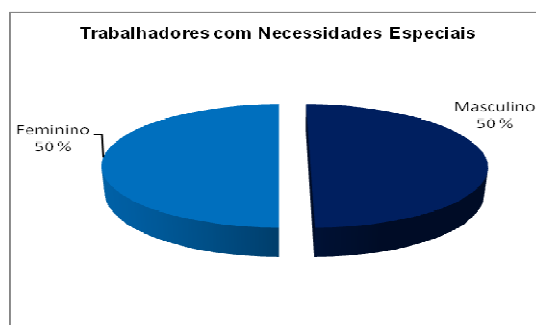
Na carreira de Assistente Operacional situa-se o nível de instrução mais baixo, 53 trabalhadores possuem apenas o 4.º ano de escolaridade, 47 o 6.º ano e 44, o 9.º ano de escolaridade, representando 70 % do total de efetivos na categoria. No que diz respeito aos restantes níveis de escolaridade destacam-se, o 12.º ano com 85 trabalhadores e a Licenciatura com 54 trabalhadores, representando respetivamente 26 % e 17 % do total dos efetivos.



Fonte: Balanço Social 2012

1.2.1.6. Trabalhadores com Necessidades Especiais

É de 8 o número de trabalhadores beneficiários de redução fiscal em virtude de serem portadores de deficiência a que corresponde uma taxa de 2 % do total de trabalhadores, sendo 4 trabalhadores do sexo masculino e 4 do sexo feminino.



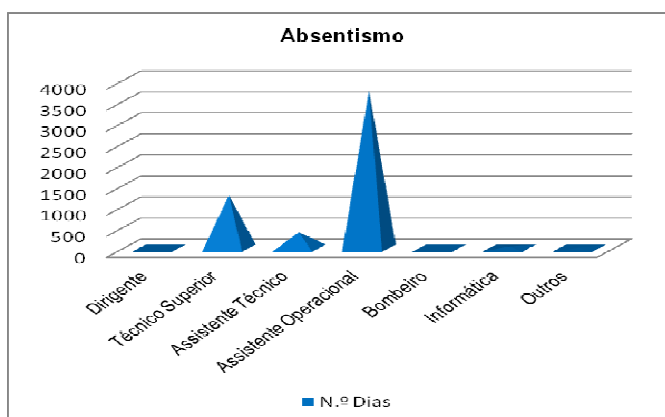
Fonte: Balanço Social 2012

1.2.2. COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

1.2.2.1. Absentismo

O nível de absentismo, bem como a análise dos fatores que lhe deram origem constitui um indicador expressivo sobre a situação social da Organização. A doença é a principal causa de absentismo, com 50 %, incidindo principalmente na carreira de Assistente Operacional sendo 69 % destes responsáveis por esta causa de absentismo.

A outra causa de absentismo é a Proteção na Parentalidade, assumindo valores de 18 %.



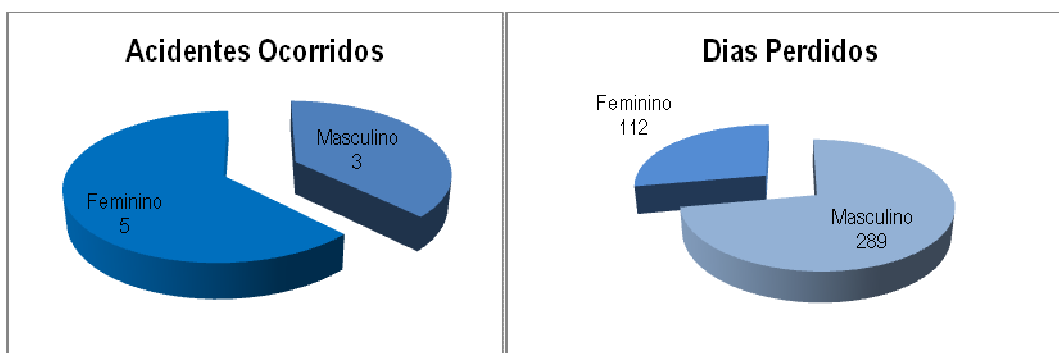
Fonte: Balanço Social 2012

1.2.2.2. Disciplina

Durante o ano de 2012 não foram instaurados processos disciplinares.

1.2.3. Higiene e Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2012 ocorreram 8 acidentes em serviço, com predominância na carreira de Assistente Operacional. Do total de acidentes de trabalho resultaram 401 dias perdidos com baixa.



Fonte: Balanço Social 2012

1.2.4. Despesas com Pessoal e Outros Encargos

As despesas com pessoal durante o ano de 2012 foram de 5.035.345,34 €, à exceção da remuneração base e outros encargos, o trabalho em dias de descanso semanal complementar e feriados (1,0 %), as ajudas de custo (0,9 %), o trabalho extraordinário (0,6 %) e as prestações sociais (6,7 %), que inclui (abono de família, subsídio no âmbito da proteção da parental idade, subsídio de refeição e outras proteções sociais) refletem a maior fatia da despesa.

Encargos com Pessoal

Encargos com Pessoal	Valor
Remuneração base	3.426.519,33 €
Trabalho extraordinário	31.435,40 €
Trabalho em dias de descanso semanal complementar e feriados	48.736,81 €
Outros encargos com pessoal ¹	1.093.436,92 €
Trabalho por turnos	4.659,51 €

¹ Inclui encargos com pessoal com contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Seguros, Pessoal Aguardando Aposentação e Pessoal em Regime de Contrato ou Avença.

Abono para falhas	4.341,98 €
Ajudas de custo	47.294,81 €
Representação	41.249,21 €
Prestações sociais	337.671,37 €
Prémio de desempenho	00,00 €
TOTAL	5.035.345,34 €

Fonte: Balanço Social 2012

1.2.5. Assistência e Proteção Social

Durante o ano de 2012 os encargos com a Assistência e Proteção Social são os apresentados no quadro abaixo, verificando-se uma forte comparticipação nas despesas relacionadas com Estomatologia e Óculos.

Assistência e Proteção Social

Designação	Valor
A.D.S.E. Óculos	11.535,96 €
A.D.S.E. Estomatologia	10.474,57 €
A.D.S.E. Consultas	5.159,80 €
A.D.S.E. Transportes	272,48 €
	5.157,34 €
A.D.S.E. Exames	€
Faturas pagas à A.D.S.E. e outros Encargos de Saúde	60.772,47 €
TOTAL	93.372,62 €

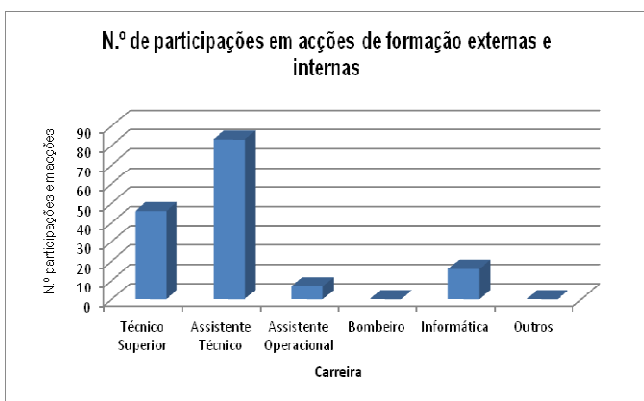
Fonte: Balanço Social 2012

1.2.3. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1.2.3.1. Formação Profissional

Em 2012, registaram-se 39 participações em ações de formação externas e 113 participações em ações de formação internas, sendo o número total de ações de formação de 41, 36 inferiores a 30 horas, 3 de 30 a 59 horas e 2 superiores a 120 horas.

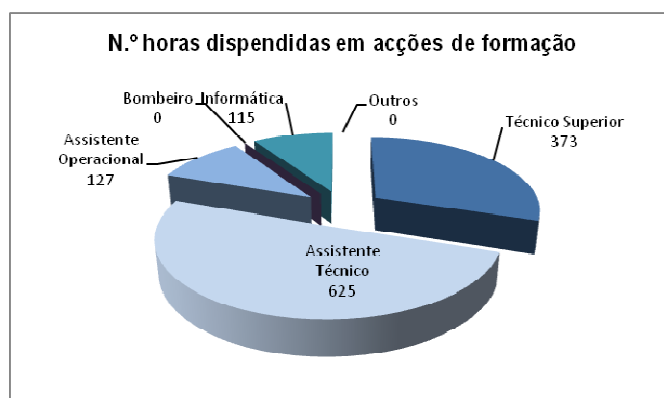
A carreira com maior número de participações foi a de Assistente Técnico com 83.



Fonte: Balanço Social 2012

O número total de horas despendidas em formação durante o ano de 2012 foi de 1240 horas.

Os encargos pagos com a formação durante o citado ano registaram um total de 573,90 €.



Fonte: Balanço Social 2012

1.2.4. MOBILIDADE DOS RECURSOS HUMANOS

1.2.4.1. Admissão de Pessoal

A mobilidade de recursos humanos e as diversas formas que pode assumir, constitui um dos mais relevantes instrumentos da sua gestão, refletindo de forma clara, o grau de valorização e de motivação dos funcionários, como um fator decisivo na obtenção de melhores níveis de produtividade e eficiência.

Durante o ano de 2012, foram admitidos para o mapa do Município de Óbidos 7 trabalhadores na modalidade de relação jurídica de contrato de trabalho a termo resolutivo, para assegurar as atividades de enriquecimento curricular. Um trabalhador na modalidade de relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado, 2 trabalhadores por mobilidade interna e 2 por outros motivos.

1.2.4.2. Saídas de Pessoal

Ao longo do ano de 2012 saíram 40 trabalhadores, dos quais 1 por denúncia de contrato de trabalho, 31 por caducidade de contrato de trabalho, 2 por aposentação, 1 por cessação da comissão de serviço e 5 por outros motivos.

Motivos de Saída

Motivos de saída	Totais
Aposentação	2
Cessação da comissão de serviço	1
Caducidade de contrato de trabalho	31
Denuncia Contrato	1
Outros	5
TOTAIS	40

Fonte: Balanço Social 2012

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento, permite conhecer os recebimentos, os compromissos e os pagamentos efectuados durante o exercício económico de 2012, em termos globais, por tipologia de rubrica orçamental e por sector de actividade.

Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

A **receita total** em 2012 foi de **€ 16.070.180,96 (58,52%)**, mantendo-se ao nível do ano anterior. A receita total arrecadada é constituída por **receitas correntes** de **€ 13.660.944,87 (77,08%)**, por **receitas de capital** de **€ 2.405.623,45 (24,71%)** e por outras receitas (reposições não abatidas nos pagamentos) de apenas € 362,26, sem expressividade em termos orçamentais.

A estrutura do Orçamento, à semelhança dos anos anteriores, assenta nas receitas correntes para financiamento das despesas correntes, atestando a capacidade de geração de receita própria para fazer face às despesas de funcionamento. Assim, em 2012, continua a verificar-se a capacidade de financiamento de despesas de investimento por despesas correntes – ***superavit corrente, de € 1.405.884.***

A despesa totalizou **€ 16.019.077,15**, decomposta por **€ 12.255.060,67 (69,24%)** de despesas correntes e por **€ 3.764.016,48 (38,57%)** de despesas de investimento. De salientar a **diminuição das despesas correntes** em € 1.832.460,57, correspondentes a um **decréscimo de 28%** face a 2011 e que traduz o enorme esforço de contenção de despesa implementado pelo executivo, num período já marcado por um cenário generalizado de crise e diminuição de investimento.

De referir que a **execução física** da despesa, no montante de **€ 24.112.119,21 (87,81%)** traduz os compromissos assumidos, e que inclui aquisições/adjudicações que ainda não se encontram faturadas, enquanto a **execução financeira** traduz os pagamentos efectuados. Ou seja, a diferença entre uma e outra não traduz a dívida de curto prazo, mas sim a “obra” feita ou em curso.

QUADRO 1 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL /2012

(Euros)

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO FISICA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	% EXEC. FISICA	% EXEC. FIN.	% PESO P/ RUBRICA
Receitas Correntes	17.722.462,64	13.660.944,87	13.660.944,87	77,08	77,08	85,01
Receitas de Capital	9.736.280,36	2.405.623,45	2.405.623,45	24,71	24,71	14,97
Outras Receitas	1.000,00	3.612,64	3.612,64	361,26	361,26	0,02
Total das Receitas	27.459.743,00	16.070.180,96	16.070.180,96	58,52	58,52	100,00
Despesas Correntes	17.699.975,51	16.461.677,31	12.255.060,67	93,00	69,24	76,50
Despesas de Capital	9.759.767,49	7.650.441,90	3.764.016,48	78,39	38,57	23,50
Total das Despesas	27.459.743,00	24.112.119,21	16.019.077,15	87,81	58,34	100,00

Fonte: Resumo da Execução da Receita e da Despesa 2012

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2005-2012

(Euros)

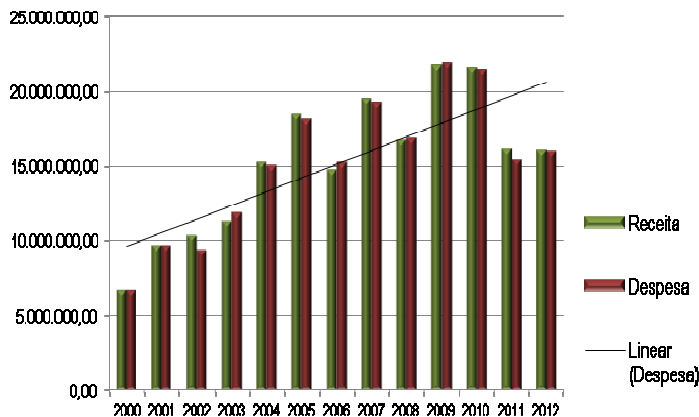
Evolução da execução orçamental								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dotação	28.021.818	26.507.920	26.620.982	27.957.886	40.099.383	37.071.388	31.178.014	27.459.743
Receita (Execução)	18.433.831	14.709.569	19.461.267	16.706.991	21.690.965	21.570.368	16.120.991	16.070.181
Receita (Execução %)	65,78%	55,49%	73,10%	59,76%	54,09%	58,19%	51,71%	58,52%
Despesa (Execução)	18.119.339	15.237.103	19.283.826	16.917.217	21.898.232	21.396.217	15.378.542	16.019.077
Despesa (Execução %)	64,66%	57,48%	72,44%	60,51%	54,61%	57,72%	49,32%	58,34%

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Fruto de contingências legais impostas pela Administração Central, aliadas ao atraso e indefinição na aprovação de financiamentos comunitários e perante o cenário nacional de recessão económica, o executivo estabeleceu políticas de racionalização dos investimentos, tal como já vinha sendo feito desde 2011. Assim, a execução das despesas de capital ascende aos níveis do ano anterior, próximo dos 3,8 M€.

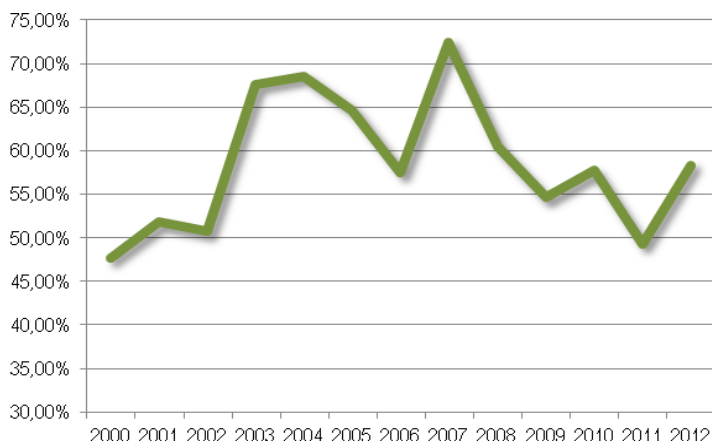
Apesar da obra de requalificação da escola secundária Josefa d'Óbidos ter sido iniciada, a sua execução financeira foi muito reduzida em 2012, não tendo expressividade no conjunto da obra e na globalidade dos investimentos agora em análise.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (€) 2000-2012



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PERCENTUAL (%) 2000-2012



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Revela-se, mais uma vez, o esforço consecutivo do executivo em manter os níveis de investimento que, para além de geradores de emprego directa e indirectamente, estruturam o concelho de equipamentos e infraestruturas base para assegurar o futuro. De salientar os investimentos na educação, o apoio social, dinamização económica, a criação de condições de trabalho internas e a modernização administrativa, as políticas ambientais, as infraestruturas básicas e a requalificação urbana nas freguesias.

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CORRENTE 2005-2012

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas correntes	10.895.264	11.189.588	15.008.921	14.494.169	14.734.899	13.342.772	13.110.414	13.660.945
Despesas correntes	8.271.623	9.037.139	10.287.814	10.994.708	12.678.745	12.638.245	11.405.307	12.255.061
Superavit corrente	2.623.641	2.152.449	4.721.107	3.499.461	2.056.155	704.527	1.705.107	1.405.884

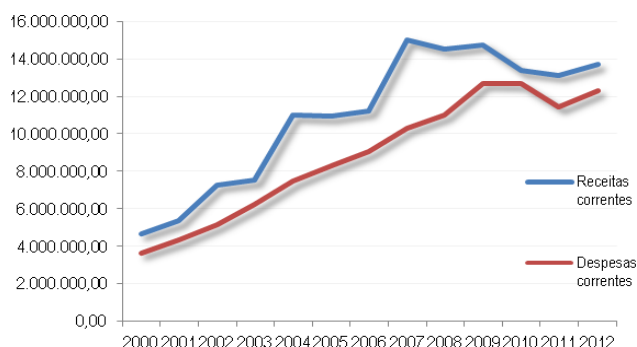
Fonte: Resumo da execução orçamental anual

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE INVESTIMENTO 2005-2012

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas capital	7.538.566	3.519.980	4.452.347	2.208.813	6.934.494	8.227.476	3.010.462	2.405.623
Despesas capital	9.847.715	6.199.964	8.996.013	5.922.509	9.219.487	8.757.972	3.973.234	3.764.016

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

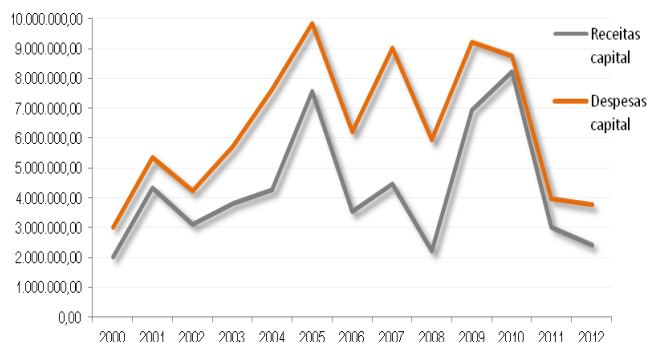
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO – RECEITAS E DESPESAS CORRENTES (€) 2000-2012



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Em suma, a execução corrente do Orçamento da receita e da despesa tem registado uma evolução controlada e crescente, que tem resistido às condições adversas da realidade nacional.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO – RECEITAS E DESPESAS CAPITAL (€) 2000-2012



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

As despesas de investimento, ao serem superiores às receitas de capital, traduzem o financiamento de investimentos pela receita corrente, já atrás mencionado.

2.2.4. ORÇAMENTO DA RECEITA

Para a execução da receita corrente, correspondente a 77,08 %, contribuiram principalmente os impostos diretos, os impostos indiretos, as vendas de bens e serviços correntes e as transferências correntes. As restantes rubricas não têm peso significativo na estrutura orçamental da receita corrente.

QUADRO 5 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

(Euros)

COMPOSIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
01. Impostos Diretos	4.339.330,15	4.339.221,80	100,00	31,76
02. Impostos Indiretos	3.088.954,26	3.038.488,85	98,37	22,24
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	291.314,23	125.442,77	43,06	0,92
05. Rendimentos de Propriedade	707.000,00	543.141,09	76,82	3,98
06. Transferências Correntes	3.818.364,00	2.683.141,94	70,27	19,64
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	4.776.500,00	2.866.898,12	60,02	20,99
08. Outras Receitas Correntes	701.000,00	64.610,30	9,22	0,47
Total das Receitas Correntes	17.722.462,64	13.660.944,87	77,08	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2012

Como impostos indiretos são registadas as receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto sobre Transações Onerosas de Bens (IMT) e o Imposto Único de Circulação (IUC). Não há outras receitas registadas, já que o Município de Óbidos não cobra Derrama há já vários anos.

Os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, caracterizam-se essencialmente pelas licenças de obras cobradas a empresas e a pessoas individuais, respetivamente.

Embora o cálculo da previsão da receita tenha por base as regras previsionais – média aritmética dos últimos 24 meses, os desvios da execução destas rubricas face ao orçamentado foram bastante reduzidos, ou seja, verificou-se uma execução de aproximadamente 100%. Sabendo que a retração verificada no mercado imobiliário, com consequências diretas na aquisição e construção de prédios urbanos se tem vindo a registar

desde 2010, a própria média aritmética já reflete valores mais próximos dos realmente executados.

No entanto, as transferências correntes e a venda de bens de investimento registam um desvio negativo entre o previsto e o recebido, que se deve, certamente entre outros, aos seguintes fatores a saber:

- o significativo atraso nas transferências por parte da Administração Central no âmbito da delegação de competências da Educação para os municípios veio deflacionar muito significativamente as expectativas de receita inicialmente previstas;
- as perspetivas do mercado imobiliário que não se têm concretizado e que implicariam a aquisição de lotes e habitações, com os respectivos consumos de água e saneamento, veio gorar as expectativas de aumento da venda de água orçamentadas, e conseqüentemente da cobrança das taxas de saneamento, resíduos sólidos e aluguer de contador;
- a retração das famílias face ao consumo também se refletiu na procura dos serviços desportivos, nomeadamente nas piscinas municipais, mas também na procura de serviços de apoio como o Crescer Melhor, e que se traduz num maior número de escalões de pagamento mais baixos, e na procura de soluções sem custos por parte das famílias para os períodos de férias letivas.

Como rendimentos de propriedade, são registadas as rendas da concessão de infraestruturas à EDP. A execução aquém do previsto deve-se ao facto de não ter sido registado contabilisticamente o 4.º trimestre da renda, tendo sido já em 2013.

Da análise da receita corrente, poderemos concluir que a estrutura das mesmas assenta maioritariamente nas receitas próprias do Município, como anteriormente referido.

QUADRO 6 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

(Euros)

COMPOSIÇÃO	ORÇAMENTADO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
09. Venda de Bens de Investimento	1.238.687,87	164.050,00	13,24	6,81
10. Transferências de Capital	4.325.735,97	1.271.194,09	29,39	52,76
11. Ativos Financeiros	5.564,00	2.227,00	40,03	0,09
12. Passivos Financeiros	1.434.826,53	449.991,56	31,36	18,68
13. Outras Receitas de Capital	2.731.465,99	518.160,80	18,97	21,51
15. Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00	3.612,64	361,26	0,15
Total das Receitas de Capital	9.737.280,36	2.409.236,09	24,74	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2012

As receitas de capital caracterizaram-se por rendimentos com origem externa, ao contrário das receitas correntes, como sejam as transferências do Orçamento do Estado (FEF de capital), os financiamentos no âmbito do QREN, as utilizações de empréstimos e as compensações de urbanização por parte dos empreendimentos turísticos.

O desvio entre a previsão e o realizado deve-se em grande parte à falta de recetividade do mercado, o que impossibilitou a concretização da alienação de imóveis.

Também os desvios temporais na execução de algumas obras e os atrasos por parte do IFDR na transferência de financiamento, deu origem a um desvio negativo entre a receita prevista do QREN e a efetivamente recebida.

Quanto aos passivos financeiros, seguiu-se uma política de utilizações parciais adequadas à faturação, o que permitiu uma utilização de capital inferior ao previsto. De referir que, apesar de ter aderido ao PAEL, não houve execução financeira em 2012, tal como será melhor detalhado em ponto próprio do presente documento.

2.2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA

Da análise à execução física das despesas correntes, pode-se verificar que esta se situa nos 93% da dotação orçamental, enquanto a execução financeira corresponde a quase 70% daquela dotação.

Situação idêntica a que se verifica nas despesas de investimento, com uma execução física de 78,39% e uma execução financeira próxima dos 40%.

A execução física próxima da dotação orçamental é o resultado das medidas de contenção de despesa implementadas pelo executivo, aplicadas de acordo com as exigências legais em matéria de compromissos e de fundos disponíveis, no âmbito da LCPA.

A estrutura da despesa assenta numa base de recursos humanos, cujo peso no total da despesa tem vindo a decrescer, e que permite concretizar os projetos, ações e estratégias do executivo, evidenciadas na execução das aquisições de bens e serviços e de capital.

QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS DESPESAS

(Euros)

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução Física	Execução Financeira	% Exec. Física	% Exec. Financeira	% PESO P/ RUBRICA
01. Despesas com Pessoal	5.486.145,62	5.061.378,48	5.035.345,34	92,26	91,78	41,09
02. Aquisição de Bens e Serviços	9.265.156,35	8.678.486,85	5.091.521,00	93,67	54,95	41,55
03. Juros e Outros Encargos	1.098.974,06	1.058.914,18	640.240,30	96,35	58,26	5,22
04. Transferências Correntes	992.523,78	845.860,63	734.172,52	85,22	73,97	5,99
05. Subsídios	499.916,77	499.816,77	499.816,77	99,98	99,98	4,08
06. Outras Despesas Correntes	357.258,93	317.220,40	253.964,74	88,79	71,09	2,07
Total das Despesas Correntes	17.699.975,51	16.461.677,31	12.255.060,67	93,00	69,24	100,00

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução Física	Execução Financeira	% Exec. Física	% EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA
07. Aquisição de Bens de Capital	8.062.986,57	6.269.080,32	2.564.981,09	77,75	31,81	68,14
08. Transferências de Capital	1.012.752,42	855.227,96	722.611,47	84,45	71,35	19,20
09. Ativos Financeiros	325.261,43	236.000,00	186.290,30	0,00	0,00	4,95
10. Passivos Financeiros	345.154,82	276.521,37	276.521,37	80,12	80,12	7,35
11. Outras Despesas de Capital	13.612,25	13.612,25	13.612,25	100,00	100,00	0,36
Total das Despesas de Capital	9.759.767,49	7.650.441,90	3.764.016,48	78,39	38,57	100,00

Fonte: Resumo da execução orçamental 2012

QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL NO TOTAL DA DESPESA 2005-2012

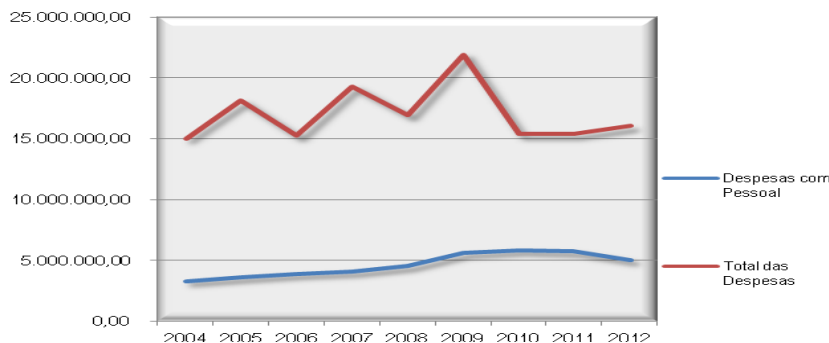
(Euros)

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com Pessoal	3.625.102	3.917.565	4.098.140	4.556.322	5.656.342	5.893.545	5.772.117	5.035.345
Total das Despesas	18.119.339	15.237.103	19.283.826	16.917.217	21.898.232	15.378.541	15.378.541	16.019.077
% Pessoal/Total Despesa	20,01%	25,71%	21,25%	26,93%	25,83%	38,32%	37,53%	31,43%

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Reforçando a tendência do ano anterior, as despesas com pessoal registaram um decréscimo significativo de cerca de 13%. Esta tendência decrescente das despesas com pessoal acompanha a política de redução generalizada das despesas, sobretudo do esforço envidado na contenção das despesas correntes.

**GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL
NO TOTAL DA DESPESA (€)**



Fonte: Balancete da Despesa 2004 a 2012

As despesas gerais de funcionamento do Município de Óbidos estão incluídas na **“AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS”** correntes, como sejam a electricidade, comunicações fixas e móveis, seguros, assistência técnica, material de escritório e de limpeza, consumíveis de informática, entre outros. Estas despesas apenas se encontram dotadas no orçamento da despesa, não tendo qualquer influência no Plano de Actividades (mais relevantes) – PAM nem no Plano Plurianual de Investimentos – PPI.

O orçamento inclui todas as despesas, pelo que esta rubrica registará todas as aquisições de bens e serviços referentes ao funcionamento geral, acima referidas, bem como as despesas inerentes aos programas sociais, educação, acção social, armazéns, água, saneamento, RSU e ambiente.

Para efeitos de celebração dos Acordos de Regularização de dívida com as Águas do Oeste e com a EDP, foi comprometida em 2012 a totalidade da dívida para com estas entidades. Esta situação resultou num acréscimo dos compromissos do ano, já que as dívidas respeitam a anos anteriores. Porém, a assunção destes compromissos pela totalidade foi inevitável para a concretização do objetivo de redução da dívida de curto prazo.

As **“TRANSFERÊNCIAS CORRENTES”** para as Freguesias no âmbito dos protocolos de delegação de competências para os transportes da Rede Municipal de ATL, os protocolos com os parceiros dos programas sociais, os subsídios às colectividades e associações desportivas, para além dos apoios às famílias (carenciadas) e particulares

(bolsas), têm papel relevante na concretização de diversas acções e programas que, sem a intervenção de terceiros, certamente não conseguiriam maximizar os benefícios às populações.

Os “**SUBSÍDIOS**” respeitam aos contratos-programa com a Óbidos Criativa – EEM, para concretização do plano de actividades culturais e turísticas que se propôs para o ano 2012.

Nas “**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**” são consideradas as despesas que não se enquadram noutras rubricas anteriores, a saber, restituições de cauções de água, pagamento de IVA, indemnizações a munícipes e imposto sobre o rendimento de capitais (contas bancárias).

As “**AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL**” correspondem aos projectos e acções definidos no PPI, a pormenorizar aquando da análise daquele documento. O ano de 2012 caracterizou-se, em termos de investimentos, pela conclusão de obras incluídas na candidatura “Óbidos Criativa” e pelo início da obra de requalificação da escola secundária Josefa d’Óbidos.

O empréstimo bancário contratado em 2009 para financiamento dos complexos escolares ainda se encontra no período de carência, pelo que as amortizações de capital respeitam apenas aos empréstimos mais antigos e ao início da amortização do empréstimo contratado para financiamentos diversos, também em 2009.

QUADRO 9 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2012 (€)

Orgânica	Designação	Execução	% Valor
01	Administração Municipal	10.028.795,28	62,61%
0101	Operações Financeiras	942.750,49	5,89%
0102	Classes Inativas	6.914,66	0,04%
0103	Órgãos de Autarquia	4.403.277,31	27,49%
0104	Assembleia Municipal	19.884,66	0,12%
0105	Proteção Civil	35.089,15	0,22%
0106	Gabinete de Veterinária	6.401,46	0,04%
0107	Planeamento, Gestão Urbanística, Obras Municipais	4.614.477,55	28,81%
02	Serviços de Administração Geral	5.990.281,87	37,39%
0201	Serviços Administrativos e Financeiros	1.018.718,93	6,36%
0202	Ambiente	1.339.517,35	8,36%
0203	Intervenção socia, Educação, Cultura e Desporto	3.235.926,42	20,20%
0204	Informática de Telecomunicações	307.052,79	1,92%
0205	Espaço Internet	21.302,32	0,13%
0206	Desenvolvimento de Projetos	18.490,55	0,12%
0207	Comunicação e Imagem	49.273,51	0,31%
Total Geral		16.019.077,15	100,00%

Fonte: Resumo da execução orçamental por orgânica 2012

Os “**Órgãos da Autarquia**” assumem 27,49% do total das despesas, espelhando os gastos comuns ao funcionamento do município, como sejam, a electricidade e iluminação pública, os seguros, as contribuições para a segurança social, os contratos a termo resolutivo, as transferências para as freguesias e para as empresas municipais, os apoios aos bombeiros voluntários, à fábrica da igreja, o IVA pago, os reembolsos de cobrança dos impostos directos, entre outras despesas de menor relevância.

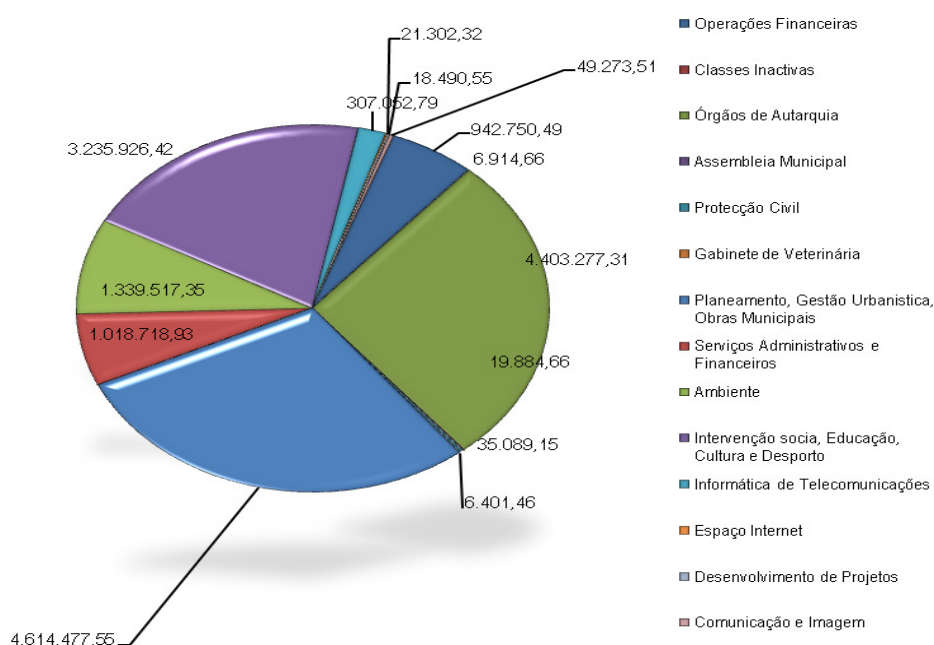
O “**Planeamento, Gestão Urbanística e Obras Municipais**”, representando 28,81% da execução, para além dos investimentos, inclui parte significativa dos custos com pessoal, já que abrange as oficinas, o armazém, o gabinete técnico, espaços verdes e as obras particulares.

Quanto à “**Intervenção Social, Educação, Cultura e Desporto**”, há que salientar não só as despesas com o pessoal, mas também o apetrechamento e manutenção da toda a

rede escolar, nos transportes escolares, nas actividades de enriquecimento curricular, nos apoios aos parceiros no âmbito dos Programas “Crescer Melhor” e “Melhor Idade”, no serviço municipal de refeições, na manutenção das infraestruturas desportivas, entre outros.

Os “**Serviços Administrativos e Financeiros**” englobam as despesas gerais com comunicações, material de limpeza e economato, seguros de pessoal, avença mensal dos CTT, bem como a aquisição de imóveis.

GRÁFICO 6 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA / 2012 (€)



Fonte: Resumo da execução orçamental por orgânica 2012

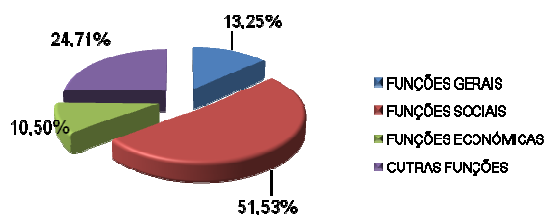
2.3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
QUADRO 10 – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS) (Euros)

Grandes Opções do Plano (POR SECTORES ESTRUTURAIS)							
Objectivo	Descrição	2012			% Exec. Física	% Exec. Finan.	Peso por rubrica %
		Dotação Final	Execução Física	Pagamento			
1	FUNÇÕES GERAIS	1.837.997,67	1.541.844,79	1.079.790,26	83,89%	58,75%	13,25%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.834.120,93	1.541.844,79	1.079.790,26	84,06%	58,87%	13,25%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.834.120,93	1.541.844,79	1.079.790,26	84,06%	58,87%	13,25%
1.1.1.1.	SERVIÇOS GERAIS	769.581,17	551.775,67	548.424,93	71,70%	71,26%	6,73%
1.1.1.2.	INOV-ÓBIDOS	99.983,03	58.937,89	47.804,28	58,95%	47,81%	0,59%
1.1.1.3.	PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS MUNICIPAIS	80.949,28	73.832,09	63.720,33	91,21%	78,72%	0,78%
1.1.1.4.	EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	883.607,45	857.299,14	419.840,72	97,02%	47,51%	5,15%
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	3.876,74	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	3.876,74	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	10.841.317,63	9.071.491,59	4.199.512,29	83,68%	38,74%	51,53%
2.1.	EDUCAÇÃO	4.438.249,87	3.400.139,97	1.127.688,87	76,61%	25,41%	13,84%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	4.424.254,37	3.387.744,47	1.121.458,87	76,57%	25,35%	13,76%
2.1.1.1.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR E BÁSICO	4.424.254,37	3.387.744,47	1.121.458,87	76,57%	25,35%	13,76%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	13.995,50	12.395,50	6.230,00	88,57%	44,51%	0,08%
2.2.	SAÚDE	31.457,54	31.457,54	31.457,54	100,00%	100,00%	0,39%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	31.457,54	31.457,54	31.457,54	100,00%	100,00%	0,39%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	84.389,61	77.787,11	47.399,04	92,18%	56,17%	0,58%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	84.389,61	77.787,11	47.399,04	92,18%	56,17%	0,58%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	6.152.290,38	5.462.481,38	2.926.424,52	88,79%	47,57%	35,91%
2.4.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	52.427,83	4.366,07	4.366,07	8,33%	8,33%	0,05%
2.4.1.1.	HABITAÇÃO SOCIAL	52.427,83	4.366,07	4.366,07	8,33%	8,33%	0,05%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1.086.612,80	981.568,56	533.792,98	90,33%	49,12%	6,55%
2.4.2.1.	REQUALIFICAÇÃO URBANA	167.501,49	161.759,11	30.557,62	96,57%	18,24%	0,37%
2.4.2.2.	PLANEAMENTO URBANÍSTICO E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO	919.111,31	819.809,45	503.235,36	89,20%	54,75%	6,18%
2.4.3.	SANEAMENTO	1.800.566,85	1.518.433,31	730.872,69	84,33%	40,59%	8,97%
2.4.3.	SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS	1.800.566,85	1.518.433,31	730.872,69	84,33%	40,59%	8,97%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.300.832,73	1.254.713,91	558.671,81	96,45%	42,95%	6,86%

2.4.4.	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	1.300.832,73	1.254.713,91	558.671,81	96,45%	42,95%	6,86%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.779.726,64	1.645.711,30	1.049.682,16	92,47%	58,98%	12,88%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	132.123,53	57.688,23	49.038,81	43,66%	37,12%	0,60%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	134.930,23	99.625,59	66.542,32	73,83%	49,32%	0,82%
2.5.1.	CULTURA	132.524,83	98.119,04	65.336,92	74,04%	49,30%	0,80%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	2.405,40	1.506,55	1.205,40	62,63%	50,11%	0,01%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.088.898,51	1.799.047,72	856.023,27	86,12%	40,98%	10,50%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	43.406,06	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
3.1.1.	AGRICULTURA	43.406,06	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	560.921,99	547.588,82	443.983,22	97,62%	79,15%	5,45%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.484.570,46	1.251.458,90	412.040,05	84,30%	27,75%	5,06%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.549.568,15	2.260.329,30	2.013.667,35	88,66%	78,98%	24,71%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	590.490,44	566.730,44	564.951,08	95,98%	95,67%	6,93%
4.2.	JUNTAS DE FREGUESIA	590.490,44	566.730,44	564.951,08	95,98%	95,67%	6,93%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	1.959.077,71	1.693.598,86	1.448.716,27	86,45%	73,95%	17,78%
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	19.750,00	19.750,00	19.750,00	100,00%	100,00%	0,24%
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	1.939.327,71	1.673.848,86	1.428.966,27	86,31%	73,68%	17,54%
		17.317.781,96	14.672.713,40	8.148.993,17	84,73%	47,06%	100,00%

Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2012

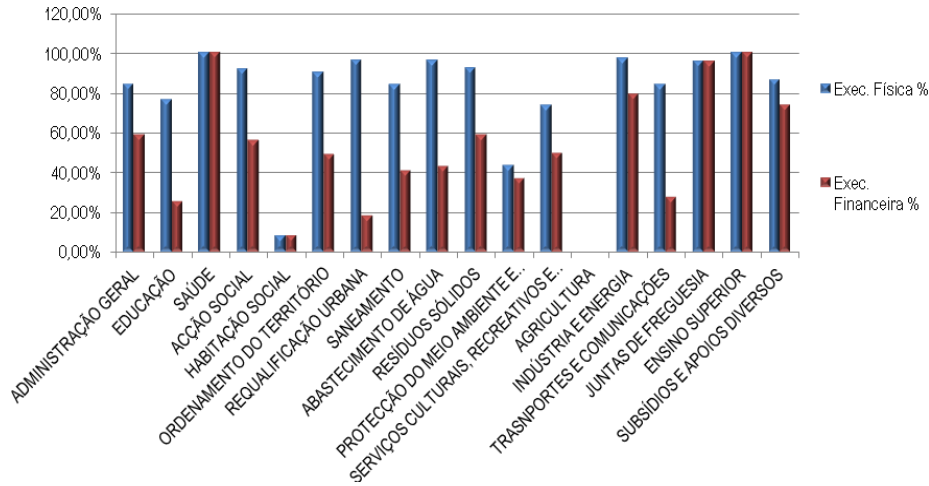
GRÁFICO 7 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIS 2012



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2012

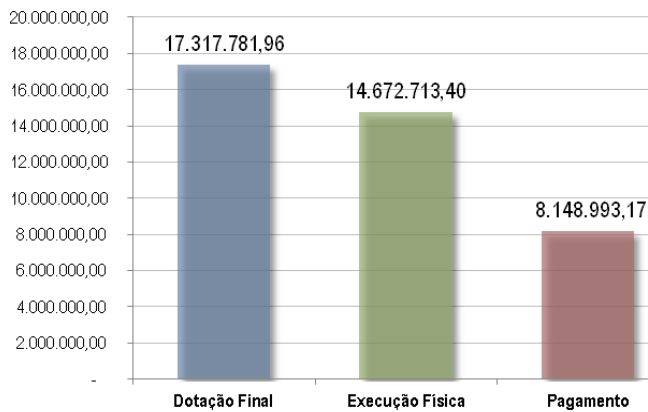


GRÁFICO 8 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO 2012



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2012

GRÁFICO 9 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – DOTAÇÃO FINAL E EXECUÇÃO FÍSICA



Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2012

QUADRO 11 – RESUMO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM) E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) / 2012

(Euros)

CLASS. FUNC.	GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR SECTORES ESTRUTURAIIS	Execução GOP	
		€	%
1	FUNÇÕES GERAIS	1.079.790,26	13,25%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	4.199.512,29	51,53%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	856.023,27	10,50%
4	OUTRAS FUNÇÕES	2.013.667,35	24,71%
	TOTAL	8.148.993,17	100,00%

Fonte: Execução das Grandes Opções do Plano 2012

As Grandes Opções do Plano (GOP) incluem os projectos mais relevantes do Município de Óbidos (PAM – despesas correntes) e os investimentos (PPI – despesas de capital). As despesas com o pessoal e os gastos gerais de funcionamento não estão incluídos, pelo que o total das GOP é inferior ao total geral do Orçamento da Despesa.

Fará sentido analisar a execução das GOP por sector de actividade, uma vez que esta análise permitirá averiguar do grau de convergência entre a execução real e a estratégia e prioridades do executivo.

As **FUNÇÕES GERAIS**, que traduzem 13,25% do total das GOP, incluem as ações relacionadas com o funcionamento geral e directo do Município de Óbidos e assumiram grande relevância ao nível da construção do Edifício Multiserviços em A-dos-Negros e encargos com empréstimos bancários e acordos de pagamento de obras já realizadas sem financiamento, como é o caso do complexo logístico municipal.

Indubitavelmente, as **FUNÇÕES SOCIAIS** têm a maior expressão da despesa por sector de actividade, com **51,53%**, e incluem os projectos mais próximos da linha de tendência estratégica, nomeadamente a educação, que implica despesa para o funcionamento, conservação e manutenção de todo o parque escolar. As funções relacionadas com a saúde e acção social, cujas despesas revestem um carácter corrente, não implicam avultados investimentos para o seu normal funcionamento, como se pode comprovar pelo Programa Crescer Melhor, pela Cozinha Municipal, pelo Melhor Idade, pelo Óbidos Solidário, pelo Saúde Melhor, entre outros. De relevar que os apoios financeiros aos parceiros e a instituições com intervenção social são consideradas nas **OUTRAS FUNÇÕES**.

O abastecimento de água, o saneamento, a recolha e o tratamento de resíduos sólidos enquanto pilares estruturantes da actividade municipal e embora sem qualquer financiamento externo, não deixam de ser objecto de elevada execução.

Salienta-se ainda que as funções sociais incluem a recuperação do Património no âmbito da candidatura “Óbidos Criativa”.

No âmbito das **FUNÇÕES ECONÓMICAS** com 10,50% do total das GOP, reflecte vincadamente a execução de investimentos na rede viária, para os quais não houve qualquer financiamento a fundo perdido. O consumo de iluminação pública também está refletido nesta classificação funcional.

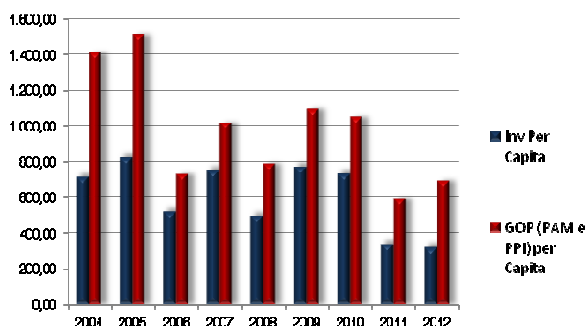
QUADRO 12 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) 2005-2012

(Euros)

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1. Dotação Inicial	17.686.924	16.505.530	15.323.682	13.120.438	26.187.422	21.056.556	12.280.504	11.198.064
2. Dotação final	16.444.719	13.894.379	13.584.958	13.694.800	21.591.566	17.617.714	12.280.504	9.759.768
3. Realizado	9.847.715	6.199.964	8.996.013	5.922.509	9.219.487	8.757.972	3.973.234	3.764.016
Coef. Realização	59,88%	44,62%	66,22%	43,25%	42,70%	49,71%	32,35%	38,57%
GOP	18.119.339	8.774.689	12.212.318	9.461.747	13.139.058	12.614.323	6.960.658	8.148.993

Fonte: Resumo da execução orçamental anual

GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DOS VALORES INVESTIDOS E DAS GOP (PAM E PPI) PER CAPITA



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

Mantendo a tendência verificada em 2011, de retração dos investimentos, a execução fica aquém dos 4 M€. Porém, há que ter em consideração três fatores preponderantes nas oscilações das despesas de capital ao longo dos anos: a estrutura de financiamento do orçamento, a cadência de aprovação de fundos comunitários e a adaptação das estratégias de médio e longo prazo do executivo às imposições legais sem que isso implique recurso ao crédito bancário para novos investimentos.

Verifica-se que o Orçamento tem vindo a cimentar a sua estrutura em receitas próprias, que têm sido tendencialmente decrescentes por motivos conjunturais, encurtando a margem de financiamento de investimentos com receitas correntes.

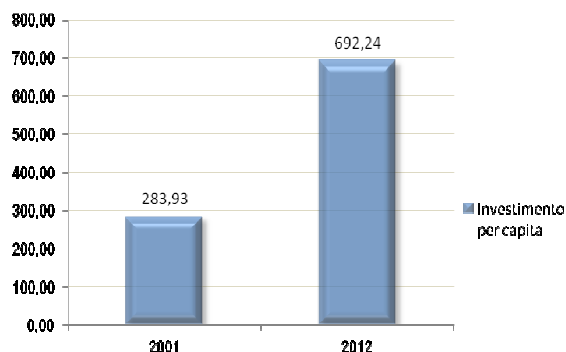
A par desta situação, a aprovação de financiamentos externos para os grandes investimentos nem sempre ocorre quando planeado, como aconteceu com a requalificação da Escola Básica e Secundária Josefa d'Óbidos, que implicou o início da obra com atraso face ao desejado.

Embora alinhado com a visão estratégica definida para o mandato, o executivo tem o dever de adequar o ritmo dos investimentos, não só às disponibilidades orçamentais e de tesouraria do momento, mas sobretudo de planear a execução daqueles de forma a que o futuro não seja hipotecado.

Em termos orçamentais, pode caracterizar-se 2012 como um ano de ajustamentos e adaptação às contingências nacionais, no qual não foram feitos grandes novos investimentos, mas que permitiu iniciar a concretização de uma política de contenção de despesas correntes e racionalização da receita e ponderar as prioridades futuras.

GRÁFICO 11 – VALORES INVESTIDOS

2001 e 2012



Fonte: Resumo da execução orçamental anual

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, activos e passivos. As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Município de Óbidos, reportada ao final do exercício económico, permitindo uma análise da autarquia quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez. De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), serão apresentadas, também, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal constituído pelo Município e pela Óbidos Criativa - EEM.

3.2. BALANÇO

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Imobilizado	89.037.427,16	Fundos Próprios	71.139.495,35
Bens do Domínio Público	34.417.345,65	Património	40.804.841,60
Imobilizações Incorpóreas	87.720,72	Reservas	2.420.988,19
Imobilizações Corpóreas	52.860.920,99	Doações	7.852,70
Investimentos Financeiros	1.671.439,80	Resultados Transitados	30.828.083,59
Circulante	11.803.733,82	Resultado Líquido do Exercício	-2.922.270,73
Existências	286.200,70	Passivo	29.701.665,63
Dívidas de Terceiros - CP	8.888.619,91	Provisões para riscos e encargos	1.142.230,71
Depósitos instit. Financ. E Caixa	1.530.715,18	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	6.310.125,32
Acréscimos e Diferimentos	1.098.198,03	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	4.698.611,43
TOTAL DO ACTIVO	100.841.160,98	Acréscimos e Diferimentos	17.550.698,17
		TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	100.841.160,98

Fonte: Balanço 2012

Em 2011 foram concluídos os trabalhos de inventariação, avaliação e registo do Património Municipal. Porém, já em 2012, de acordo com a deliberação da Câmara sobre esta matéria, foram corrigidas as avaliações dos bens de domínio público, que se consideraram sobreavaliadas. Feitas as correções, considera-se que em 2012 o Balanço espelha a totalidade dos Ativos do Município pelo seu justo valor, em conformidade com as regras do POCAL. Consequentemente, a Demonstração de Resultados evidenciará as correspondentes amortizações do exercício.

De referir nos bens do domínio público estão registadas as redes viária, de águas e de saneamento, enquanto que as imobilizações corpóreas englobam todos os bens do

domínio privado do Município. O quadro abaixo pormenoriza a tipologia de bens registada no imobilizado.

3.2.4. IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO	
Imobilizado	89.037.427,16
Bens do Domínio Público	34.417.345,65
Terrenos e recursos naturais	196.183,85
Edifícios	22.280,53
Outras construções e infraestruturas	34.189.817,53
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	209,20
Outros bens do domínio público	0,00
Imobilizações em curso	8.854,54
Imobilizações Incorpóreas	87.720,72
Despesas de investigação e desenvolvimento	79.320,72
Propriedade industrial e outros direitos	8.400,00
Imobilizações Corpóreas	52.860.920,99
Terrenos e recursos naturais	15.121.693,52
Edifícios e outras construções	34.632.569,30
Equipamento básico	945.049,81
Equipamento de transporte	193.833,87
Ferramentas e utensílios	13.796,75
Equipamento administrativo	221.722,69
Outras imobilizações corpóreas	296.850,66
Imobilizações em curso	1.435.404,39
Investimentos financeiros	1.671.439,80
Partes de capital	1.671.439,80

Fonte: Balanço 2012

QUADRO 13 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS 2006-2010 (Valor de aquisição)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total/anos
Rústico	422.225,00 €	415.407,38 €	635.118,92 €	225.875,00 €	170.997,00 €	185.977,00 €	220.000,00 €	4.553.630,62 €
Urbano	586.500,00 €	132.421,50 €	135.000,00 €	356.432,25 €	608.567,75 €	- €	- €	3.143.639,01 €
TOTAL	1.008.725,00 €	547.828,88 €	770.118,92 €	582.307,25 €	779.564,75 €	185.977,00 €	220.000,00 €	7.697.269,63 €

Fonte: Execução PPI anual

A aquisição de prédios rústicos registada em 2012 inclui o pagamento da última tranche à Celbi, no valor de € 150.00,00, pela aquisição do terreno do Furadouro, para além de registar ainda duas aquisições de parcelas de terrenos para construção de estradas.

3.2.5. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades	1 Janeiro 2012	31 Dezembro 2012
Caixa	3.709,47	1.143,91
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	1.329.636,71	779.722,37
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	36.723,23	338.548,15
Banco Espírito Santo	68.983,67	20.850,27
Banco BPI	18.554,51	58.295,85
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	61.794,29	332.154,63
Total Geral	1.519.401,88	1.530.715,18

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2012

3.2.6. PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Em 2012 não houve qualquer movimento relativo a subscrições de capital.

Entidades	Anos Anteriores	2012
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	0,00
Águas do Oeste, S A	501.430,00	0,00
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	0,00
Trevoeste, S.A.	5.125,00	0,00
Óbidos Criativa - E.M.	1.137.886,00	0,00
OBITEC - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia	25.000,00	0,00
Sub - Total	1.671.439,80	0,00
Total	1.671.439,80	

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2012

3.2.7. DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZOS (Empréstimos Bancários)

Empréstimos Bancários	1 Janeiro 2012	31 Dezembro 2012
Caixa Geral de Depósitos	1.600.138,49	1.437.130,07
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	62.291,24	49.518,74
Banco BPI	2.990.000,00	2.990.000,00
BBVA	1.484.225,40	1.833.476,51
Total Geral	6.136.655,13	6.310.125,32

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2012

Os encargos com os empréstimos em vigor, e relativamente ao período em análise totalizaram € 446.119,98:

- Amortização da dívida no valor de € 276.521,37;
- Juros no valor de € 169.598,61.

O aumento do capital em dívida do empréstimo contratado com o BBVA deve-se ao facto de terem sido realizadas as últimas utilizações de capital, no montante de € 449.991,56 do empréstimo contraído para financiamento de investimentos diversos (Edifício Multiserviços de A-dos-Negros e parte do Complexo Logístico Municipal, entre outros).

A adesão do município de Óbidos ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) só produziu efeitos em 2013, pelo que não há registos contabilísticos em 2012. Esta matéria será melhor explicada no ponto 7. deste relatório.

O limite legal do endividamento é integralmente cumprido, quer pelas dívidas do Município, quer da Óbidos Criativa – EEM.

Mantendo a saudável situação financeira que tem caracterizado o município de Óbidos nestes últimos anos, e em contraponto com a situação generalizada do país, o Município de Óbidos continua a apresentar solidez económico-financeira invejável.

INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS (%)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Liquidez Geral (Ativo circulante / Passivo circulante)	64,19%	80,76%	72,59%	45,44%	71,78%	208,29%	227,84%
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	366,26%	515,56%	439,72%	93,60%	90,58%	372,26%	256,05%
Endividamento (Passivo / Ativo)	21,45%	16,25%	18,53%	51,65%	52,47%	21,17%	28,09%
Autonomia financeira (Fundos Próprios/Ativo)	78,55%	83,75%	81,47%	48,35%	47,53%	78,83%	70,55%
Cobertura do Ativo (Ativo total/Passivo total)	466,26%	615,56%	539,72%	193,60%	190,58%	472,26%	356,05%
Estrutura do endividamento M/LP (Emp M/LP/Ativo total)	10,77%	7,78%	5,46%	7,01%	9,46%	4,11%	5,97%
Património/Ativo total %	-15,14%	-12,33%	65,95%	61,68%	54,91%	24,45%	38,58%

Fonte: Balanço 2012

O grau de Liquidez Geral é mais alto de sempre, superando o de 2011. Este indicador permite perspetivar a continuidade da liberdade de tesouraria bastante confortável para 2013, possibilitando uma continuidade da redução da dívida de curto prazo.

Apesar do empréstimo contratado com o Banco Bilbao & Viscaya Argentaria ter sido utilizado parcialmente, aumentando o capital em dívida, o endividamento global mantém num nível muito baixo. Aliás refletido no confortável cumprimento dos limites legais de endividamento de médio e longo prazo.

Com um grau de endividamento tão baixo, só se poderá expectar uma Autonomia Financeira que revele a fraca necessidade do Município de recorrer ao crédito. Aliás, numa situação financeira nacional delicada como a que se verificou em 2012, há que evidenciar o esforço do executivo no sentido de evitar o recurso ao crédito de curto prazo para fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria, conseguindo pelo contrário reduzir a dívida sem recurso sequer a empréstimos de tesouraria.

3.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O que primeiro realça na Demonstração de Resultados é o facto de, pela primeira vez, o Município de Óbidos apresentar resultados negativos. Quem não esteve atento ao que acima foi dito e comprovado, será levado a conjecturar que estes resultados negativos são consequência de aumento de custos. Pois tal não se verifica, muito pelo contrário, já que estes diminuíram em quase 11 M€.

Após uma análise mais atenta ao documento, constata-se que o Resultado Líquido negativo é potenciado pelo decréscimo nos proveitos relativos a Impostos e Taxas, que em termos orçamentais equivale à receita de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

Em 2011, houve o registo pela totalidade do proveito relativo à licença de construção e compensação de urbanização da Falésia d'el Rey, cujos pagamentos serão faseados. Esta situação tem duas consequências diretas e evidenciadas nas contas de 2012:

- decréscimo dos proveitos na conta de impostos e taxas, com a consequente influência negativa nos resultados. Como se pode verificar, os proveitos reduziram em cerca de 7,8 M€ no que respeita a impostos e taxas devido a esta situação;

- por outro lado, apesar da consequência negativa no resultado líquido, o facto dos pagamentos serem faseados, contribuem para o equilíbrio da estrutura orçamental e de tesouraria.

Assim, constata-se que o Resultado Líquido negativo é meramente uma consequência dos registos contabilísticos, e não de aumento de custos.

Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários e pelo pagamento de juros de mora.

RESULTADOS	Valor (€)
Custos	15.201.121,46
Proveitos	12.278.850,73
Resultado Líquido	-2.922.270,73
Resultados Operacionais	-1.990.604,90
Resultados Financeiros	-289.199,80
Resultados Correntes	-2.279.804,70
Resultados Extraordinários	-642.466,03

Fonte: Demonstração de resultados 2012

4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

4.2. DÍVIDAS DE TERCEIROS

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Administração Autárquica	573.811,84	573.811,04	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84	573.811,84
Contribuintes c/c	0,00	0,00	22,55	5,00	50,00	0,00	0,00	0,00
Utentes c/c	172.545,62	203.884,66	181.232,31	233.375,97	214.145,43	416.001,41	796.006,85	603.527,85
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	104.265,20	59.261,40	61.900,24	2.105.246,10	2.073.100,18	1.656.924,76	1.503.838,25	1.443.285,35
Estado e Outros entes Públicos	9.791,82	0,00	31.301,28	0,00	0,00	0,00	1.647,30	8.204,12
Outros devedores e credores					81.184,86	1.751.755,86	8.905.261,64	6.259.790,75
Total	860.414,48	836.957,10	848.268,22	2.912.438,91	2.942.292,31	4.398.493,87	11.780.565,88	8.888.619,91

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2012

A rubrica Dívidas de Terceiros inclui a receita emitida e não cobrada, relativa às Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (execuções fiscais), bem como à compensação das infra-estruturas do Bom Sucesso por parte do loteador para com o Município.

Porém, e tal como atrás mencionado, a rubrica “Outros devedores e credores” inclui a receita proveniente do empreendimento d Falésia d’el Rey cujo pagamento será faseado.

4.3. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida curto prazo	2.479.516,99	2.626.967,61	2.851.931,38	5.534.401,54	9.218.312,77	7.726.503,64	6.531.072,00	4.698.611,43
Dívida médio/longo prazo	3.323.467,96	3.109.750,41	2.761.856,80	2.407.457,62	3.857.019,46	5.848.185,74	6.136.655,13	6.310.125,32
Dívida curto, médio e longo prazo	5.802.984,95	5.736.718,02	5.613.788,18	7.941.859,16	13.075.332,23	13.574.689,38	12.667.727,13	11.008.736,75
Dívida curto prazo/Total da despesa	13,68%	17,24%	14,79%	32,71%	42,10%	36,11%	42,47%	29,33%
Dívida longo prazo/Total da despesa	18,34%	20,41%	14,32%	14,23%	17,61%	27,33%	39,90%	39,39%
Dívida curto, médio e longo prazo/Total da despesa	32,03%	37,65%	29,11%	46,95%	59,71%	63,44%	82,37%	68,72%
Despesa Paga	8.271.623,40	9.037.138,85	10.287.813,84	10.994.708,34	12.678.744,66	12.638.245,08	11.405.307,23	12.255.060,67
	9.847.715,25	6.199.963,97	8.996.012,50	5.922.509,04	9.219.486,98	8.757.971,53	3.973.234,24	3.764.016,48
	18.119.338,65	15.237.102,82	19.283.826,34	16.917.217,38	21.898.231,64	21.396.216,61	15.378.541,47	16.019.077,15

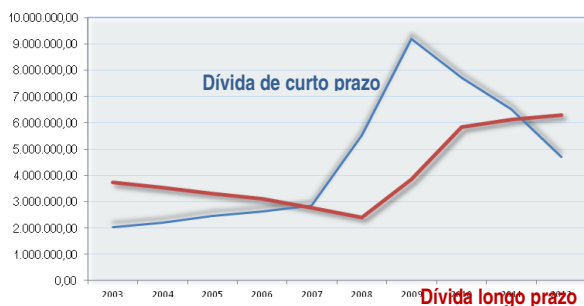
Fonte: Balancete sintético do plano geral 2012

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as dívidas a fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a prestadores de serviços (outros credores).

Será inequívoco que a dívida total (de curto, médio e longo prazo) diminuiu significativamente face ao ano anterior, em quase 1,7 M€, não apenas pela redução da dívida de curto prazo, mas também pelo facto da dívida de médio e longo prazo se ter mantido o mesmo nível de 2011.

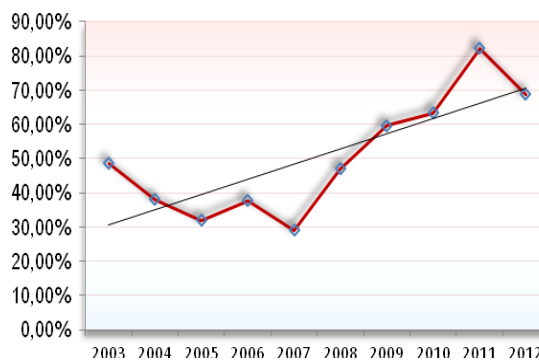
Aliás, o gráfico abaixo ilustra claramente o decréscimo da dívida de curto prazo.

GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA 2003-2011



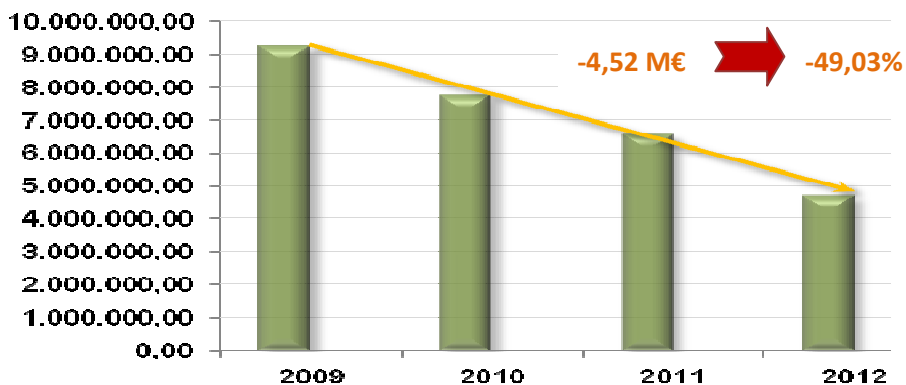
Fonte: Balancetes sintético do plano geral

GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA NO TOTAL DA DESPESA 2003-2011



Fonte: Balancetes sintético do plano geral

Comparação Dívida curto prazo 2009-2012



4.4. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Locação Financeira	88.509,05 €	150.670,94 €	173.895,92 €	231.254,45 €	177.833,16 €	91.029,69 €	40.813,99 €

Fonte: Balancete sintético do plano geral 2012

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria, e são anteriores a 2012.

5. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira atrás fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que tem sido a evolução da autarquia nos últimos 6 anos.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Impostos Diretos/ Receitas Correntes	47,83%	62,28%	51,15%	46,75%	35,69%	34,58%	31,76%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	21,22%	17,50%	18,36%	19,41%	19,74%	21,02%	19,64%
Transferências Capital/Receitas Capital	66,75%	81,00%	90,65%	53,24%	48,31%	61,44%	52,84%
Passivos financeiros/Receitas Capital	0,00%	0,00%	0,00%	24,77%	27,82%	15,54%	18,71%
Rec. Correntes/ Rec. Totais	76,07%	77,12%	86,76%	67,93%	61,86%	81,33%	85,01%

RÁCIOS DE GESTÃO (%)

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas Correntes/Receitas Correntes	80,76%	68,54%	75,86%	86,05%	94,72%	86,99%	89,71%
Despesas Capital/Receitas Capital	176,14%	202,05%	268,13%	132,95%	106,45%	131,98%	156,47%
Despesas Pessoal/Receitas Correntes	35,01%	27,30%	31,44%	38,39%	44,17%	44,03%	36,86%
Despesas Pessoal/ Despesas Correntes	43,35%	39,83%	41,44%	44,61%	46,63%	50,61%	41,09%

Os rácios de estrutura e de gestão vêm corroborar a análise orçamental, comprovando que a estrutura do orçamento assenta em receitas correntes e próprias, e que estas financiam parcialmente as despesas de capital.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Investimentos/Despesa Total %	30,19%	39,50%	25,46%	36,11%	35,95%	21,57%	16,01%
Investimentos/População (€) *	390,76 €	647,12 €	365,92 €	671,72 €	653,38 €	281,81 €	217,89 €
Investimentos/Área do Concelho (€) **	32.258,16 €	53.421,40 €	30.207,26 €	55.452,06 €	53.938,14 €	23.264,01 €	17.987,24 €

* - População = 12.000 habitantes

** - Área Concelho = 142,6 km²

Consequência do menor volume de investimentos em 2012, verifica-se um decréscimo ligeiro do investimento *per capita*. Sendo expectável que o número de habitantes venha a manter-se ao mesmo nível dos últimos anos, prevê-se que este rácio sofra um aumento em 2013, de acordo com a previsão de aumento dos investimentos.

Os anos em que os rácios oscilam acima destes valores, efetivamente realizaram-se investimentos avultados, nomeadamente o Complexo Escolar dos Arcos (2007), os Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro e o complexo Logístico Municipal (2009 e 2010).

RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE

Rácios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População/Total funcionários (un)	48,64	45,28	39,11	32,70	33,54	34,12	36,67
Despesas com Pessoal/Investimentos (%)	85,16%	53,80%	105,78%	71,53%	76,62%	173,99%	196,31%
Investimentos/Total funcionários (€)	19.008,32 €	29.299,58 €	14.310,81 €	21.965,18 €	21.913,33 €	9.615,79 €	7.990,60 €
Receita Total/Total funcionários (€)	60.783,34 €	74.851,03 €	55.504,95 €	60.252,68 €	61.454,04 €	46.727,51 €	50.062,87 €
Despesa de funcionamento/Total funcionários (€)	31.074,42 €	33.608,62 €	29.936,78 €	28.859,58 €	28.934,16 €	28.100,93 €	32.339,03 €

Em 2012 registou-se a saída de 40 colaboradores e a admissão de 12 colaboradores, o que se traduz numa redução de número de efetivos que trabalham em prol do Município. Como tal, e sabendo que o número de habitantes praticamente não alterou nos últimos anos, o rácio de número de habitantes por funcionário é superior ao ano transato.

Como é evidente, as despesas com o pessoal não poderão ser diretamente proporcionais aos investimentos. Os funcionários têm atribuições que permitem assegurar o funcionamento dos serviços e dar resposta às populações. Este fator não está diretamente dependente dos investimentos que o Município realiza. A única leitura direta que poderá merecer será a de que os projetos municipais, tenham ou não por base investimentos, necessitam de colaboradores para os executar e manter.

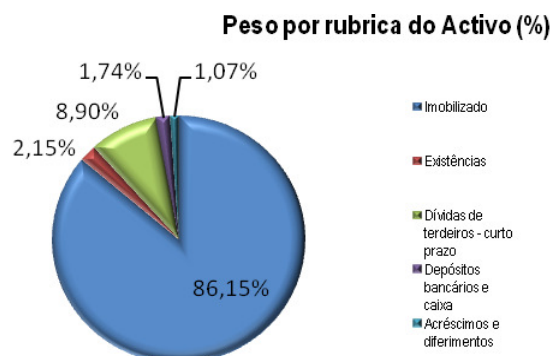
6. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Do disposto no art. 46.º, n.º 1, da Lei das Finanças Locais, os municípios são obrigados a consolidar contas desde que participem na totalidade do capital de entidades do setor empresarial local. Como tal, fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas o Balanço e a Demonstração de Resultados consolidados.

Para o efeito, integram o perímetro de consolidação legalmente obrigatório o Município de Óbidos e a Óbidos Criativa – EEM.

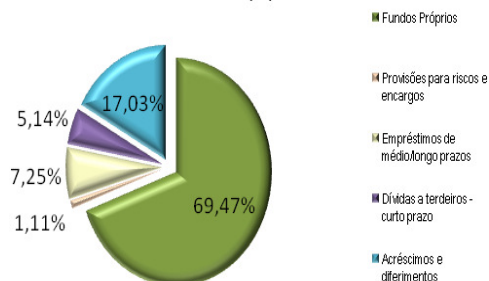
Aplica-se o método de consolidação integral, pelo facto do Município de Óbidos deter participação de capital na entidade empresarial Óbidos Criativa – EEM.

ACTIVO	Total consolidado	%
Imobilizado	88.788.275,12 €	86,15%
Existências	2.214.257,28 €	2,15%
Dívidas de terceiros - curto prazo	9.169.389,56 €	8,90%
Depósitos bancários e caixa	1.790.686,88 €	1,74%
Acréscimos e diferimentos	1.103.283,76 €	1,07%
Total do Ativo	103.065.892,60 €	100,00%



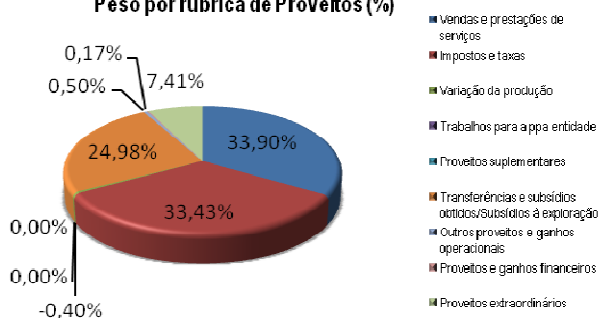
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Total consolidado	%
Fundos Próprios	71.595.319,20 €	69,47%
Provisões para riscos e encargos	1.142.230,71 €	1,11%
Empréstimos de médio/longo prazos	7.473.268,14 €	7,25%
Dívidas a terceiros - curto prazo	5.302.496,36 €	5,14%
Acréscimos e diferimentos	17.552.578,16 €	17,03%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	103.065.892,60 €	100,00%

Peso por rubrica dos Fundos Próprios e Passivo (%)

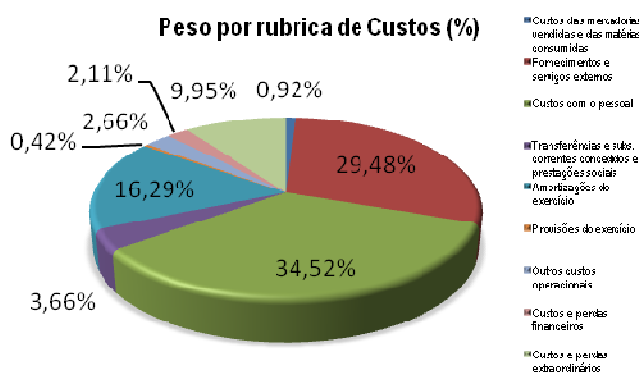


PROVEITOS	Total consolidado	%
Vendas e prestações de serviços	4.740.832,18 €	33,90%
Impostos e taxas	4.674.659,75 €	33,43%
Variação da produção	- 55.728,90 €	-0,40%
Trabalhos para a ppa entidade	- €	0,00%
Proveitos suplementares	- €	0,00%
Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	3.493.578,84 €	24,98%
Outros proveitos e ganhos operacionais	69.847,47 €	0,50%
Proveitos e ganhos financeiros	23.559,11 €	0,17%
Proveitos extraordinários	1.036.444,62 €	7,41%
Total dos Proveitos	13.983.193,07 €	100,00%

Peso por rubrica de Proveitos (%)



CUSTOS	Total consolidado	%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	155.606,10 €	0,92%
Fornecimentos e serviços externos	4.976.079,62 €	29,49%
Custos com o pessoal	5.827.117,25 €	34,53%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	618.403,15 €	3,66%
Amortizações do exercício	2.742.934,44 €	16,26%
Provisões do exercício	70.653,82 €	0,42%
Outros custos operacionais	448.667,91 €	2,66%
Custos e perdas financeiros	355.446,44 €	2,11%
Custos e perdas extraordinários	1.678.910,65 €	9,95%
Total dos Custos	16.873.819,38 €	100,00%
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.317,45 €	0,12%
Resultado líquido do exercício	- 2.910.943,76 €	-17,25%



7. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto (PAEL), do relatório de gestão deve constar anexo relativo ao PAEL. Assim, e uma vez que o Município de Óbidos aderiu a este Programa, o presente documento faz agora referência ao empréstimo contratado no âmbito do referido diploma legal.

Após aprovação na Assembleia Municipal de 11 de outubro de 2012, à data de 16 de novembro de 2012 foi celebrado, entre o Estado Português e o Município de Óbidos, o Contrato de Empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), pelo

montante de € 3.839.743,76. Foi visado pelo Tribunal de Contas, em sessão ordinária de visto, em 18 de dezembro de 2012.

A disponibilização do montante contratado, por parte da Direção Geral do Tesouro, verifica-se por duas tranches, de 70% e 30%, nos montantes de € 2.687.820,63 e € 1.151.923,13, respetivamente.

A primeira tranche foi recebida e contabilizada já no ano de 2013, pelo que não tem reflexo nas contas agora apresentadas.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto-lei nº 54-A/99 (POCAL), de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

O ponto 2.7.3.4 do POCAL obriga a um reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património corresponda a 20% do ativo líquido.

O mesmo diploma legal, no ponto 2.7.3.5, refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2012

Atendendo a que a conta 51 – Património corresponde a 41% do ativo líquido, não há necessidade de reforço do património.

Como o resultado líquido do exercício é negativo, não há lugar a constituição do reforço anual da conta 571 – Reservas Legais.

Assim, propõe-se a transferência dos resultados líquidos para a conta 59 – Resultados Transitados.

ÓRGÃO EXECUTIVO

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de 2013

Em _____ de _____ de 2013